

Arquitetura do Comum: *doze anos de prática do ateliermob a trabalhar com os 99%*

Tiago Mota Saraiva^a

Resumo

Ao longo de doze anos de prática profissional regular, o ateliermob tem vindo a trilhar um caminho no qual se procuram alargar os limites da prática e respetivas áreas de influência. A partir da descrição de um contexto particularmente adverso e do registo da sua atividade ao longo dos últimos anos, elenca-se um conjunto de projetos e processos destinados e produzidos com grupos sociais de baixos recursos e elevadas carências materiais.

Palavras-Chave

Ateliermob, Trabalhar com os 99%, Comum, Intervenção.

Abstract

Throughout twelve years of regular professional practice, the ateliermob has been treading a path in which it has tried to extend the limits of practice and its respective areas of influence. Based on the description of a particularly adverse context and on the recording of its activity over the last years, it is drawn a set of projects and processes destined to and produced with the social groups with low resources and great material needs.

Keywords

Ateliermob, Working with the 99%, Common, Intervention.

Nota introdutória

Nas linhas que seguem discorre-se sobre os doze anos de trabalho do ateliermob associados ao conjunto de projetos enquadrados no “Trabalhar com os 99%” e ensaia-se uma explicação do que originou e como se tem vindo a desenvolver esta ideia. Inscrevendo-se numa abordagem crítica do urbano, este texto tem subjacente uma reflexão sobre o papel do arquiteto em contextos de austeridade. Alerta-se que esta é uma leitura feita a partir de dentro, da autoria de quem participou nestes processos e nas escolhas realizadas, não estando por isso isenta de um registo opinativo. Entende-se relevante adotar um registo descritivo e contextualizado, uma sistematização autorreflexiva sobre o processo de trabalho, que poderá constituir a base para um futuro artigo mais aprofundado. O texto situa, no primeiro ponto, a orientação politizada do ateliermob e contextualiza, no segundo, a falta de trabalho para os arquitetos no quadro da crise financeira de 2008 e os discursos hegemónicos em torno dos arquitetos e da arquitetura. No terceiro pon-

to, introduz-se a ideia do “trabalhar com os 99%” e a consolidação de redes com grupos afins a nível nacional e internacional.

Uma prática politizada

A 17 de Julho de 2007, no Cinema Passos Manuel, no Porto, o ateliermob dava a sua primeira conferência no âmbito de um ciclo intitulado “A caminho do país das maravilhas”, organizado por cinco instituições¹. Na sua apresentação do ateliermob, Luís Tavares Pereira, então vice-Presidente da ordem dos Arquitetos, caracterizava-o como o mais politizado das novas gerações. O que para Tavares Pereira constituía um elogio, à época e para a maioria da inteligência influente no meio da arquitetura, era cadastral. Viviam-se os últimos anos de glória da hegemónica arquitetura do estrelato e, em Portugal, era praticamente uma heresia sair das declarações de princípio de “apoliticidade”.

Ainda sem dois anos de atividade, o ateliermob apresentou, entre outras intervenções, o

^a Arquiteto, sócio-gerente do ateliermob – arquitetura, design e urbanismo Lda., onde exerce atividade desde a sua constituição, administrador único da cooperativa “Trabalhar com os 99% Crl” e membro da direção da cooperativa “Sou Largo Crl”.

¹ O ciclo era organizado por: Espaço Cultural Passos Manuel, Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos, Fundação da Juventude, laboratório de Design da FBAUP e a plataforma de arquitetura internacional Wonderland, de intercâmbio e apoio a jovens arquitetos, sediada em Viena (Áustria). Todas as terças-feiras durante o mês de Julho de 2007 aconteciam conferências, debates e apresentações de arquitetos portugueses, dedicados ao tema “Jovens arquitectos em Portugal: road to wonderland”.

“Tribunal de Grande Instância” de Paris que recebera uma menção honrosa num Concurso internacional com centenas de participantes e a “Dinamização das Margens do Rio” no Médio Tejo, que conquistara o primeiro lugar em Concurso nacional.

O primeiro projeto tinha lugar num lote vizinho à Biblioteca Nacional de Paris e refletia sobre o confronto entre um programa de concurso ultra-securitário e uma realidade que havia originado a chamada *la révolte de la banlieue*², uma série de manifestações que tinham ocorrido poucos meses antes nos subúrbios de várias cidades francesas e cuja reação originou semanas de confrontos urbanos. A premissa focava-se no filme *La Haine*³, que dez anos antes havia previsto a revolta, para construir uma proposta rebelde ao programa proposto, lançando a provocação de uma escolha programática entre uma visão de França com medo da sua própria sombra, então personificada pelo seu Ministro da Administração Interna (Nicolas Sarkozy) e a seleção francesa de futebol, na qual pontificavam homens de diferentes origens, cores e credos.

No segundo caso, a abordagem política era mais ténue, ainda que se partisse de um território ribeirinho mais desenhado para as populações locais do que para o turismo que havia de vir. O projeto consistia na criação de um equipamento coletivo (anfiteatro) de baixa dimensão que pudesse servir de palco a muitas das coletividades e clubes recreativos existentes na freguesia. A obra foi inaugurada em 2013.

Mas era no espaço do blogue (página oficial do ateliermob⁴) que a politização mais se expressava. Fugia-se da lógica das páginas institucionais de arquitetura para se registar o dia-a-dia do atelier, entre sucessos e insucessos, regozijos e lamentos. Procurava-se mostrar e valorizar outras práticas que não eram vistas como concorrenciais, mas como simbióticas. De uma forma não tão consciente e organizada como a que se descreve, rejeitavam-se alguns dos princípios fundamentais das práticas neoliberais – abdicar do ser político, cultura de estrela, precarização das relações laborais ou competição entre pares.

Contexto de austeridade e a construção da imagem do arquiteto

Esta espécie de introito pretende contrariar a ideia de que a prática do ateliermob decorre exclusivamente de um contexto socioeconómico, num determinado momento histórico. É certo que, entre a crise financeira mundial de 2008 e o início da implementação do programa da *Troika*⁵ em Portugal no ano de 2011, a angariação de trabalho de arquitetura dentro do país alterou-se drasticamente, com consequências significativas na prática do ateliermob. Os concursos públicos, forma mais comum para uma nova estrutura de arquitetura angariar trabalho, deixam de existir. A encomenda pública vai-se autossuspendendo, até ao bloqueio total. Grande parte da capacidade de investimento e endividamento do Estado é concentrado no programa de Reabilitação e Modernização das Escolas Secundárias, a partir de uma empresa pública, a Parque Escolar EPE, e os mais de 200 projetos são atribuídos entre 2008 e 2011, na sua esmagadora maioria, sem concurso. Com a mudança de governo e o início da implementação do programa da *Troika*, o investimento público em projetos de arquitetura reduz-se ainda mais. Paralelamente, o sector da construção sofre enormes perdas e as principais empresas deslocam-se para fora do país. Este é o momento que consolida um fluxo emigratório substancial resultante da escalada dos números do desemprego e dos elevados índices de pobreza no território nacional.

Os arquitetos mais mediáticos expressam-se em tom alarmista. Álvaro Siza Vieira, na sessão de atribuição do Prémio Luso-Espanhol de Cultura e Arte, declara que “são difíceis os dias de hoje, também para a arquitetura e para os arquitetos [...]. Muitos dos mais jovens são obrigados a emigrar e a forma como têm sido aceites em países como a Suíça, a Alemanha ou o Japão, comprova a sua boa formação e competência, mas constitui, também, no que a Portugal se refere, uma perda evidente e preocupante” (Agência Lusa, 2011). Mais tarde, em entrevista ao jornal *i* (Agência Lusa, 2014), Siza refere que, “se tivesse dez anos agora, de certeza que não ia ser arquiteto”. Afirma ainda noutros jornais diários que tem projetos parados ou suspensos por causa da crise.

“Jovens podem ir para fora sossegados” (Piedade, 2012) titulava uma entrevista de Eduardo

² *La révolte de la banlieue* teve origem na periferia da região de Paris, Clichy-sous-Bois (*commune* do *département* de Seine-Sant-Denis), na sequência da perseguição policial a três jovens que terminou com a morte accidental de dois deles. Pouco depois iniciaram-se confrontos entre grupos de jovens e forças policiais, espalhando rapidamente a revolta por toda a periferia de Paris, o que levou à declaração de estado de emergência em 25 departamentos. Estes acontecimentos ocorreram entre 8 de Novembro de 2005 e 4 de Janeiro de 2006.

³ *La Haine*, dirigido por Mathieu Kassovitz, 1995, França, distribuído pelo Canal +.

⁴ <http://www.ateliermob.com>

⁵ Vulgarmente conhecido como *Troika*, o Memorando de Entendimento de Políticas Económicas e Financeiras, celebrado em Maio de 2011, entre o Estado português, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (entidades denominadas como *Troika*), estabelecia um conjunto de políticas económicas e financeiras que o Estado português se comprometia a executar como condição para o empréstimo por parte destas três entidades de 78 mil milhões de euros.

Souto de Moura ao semanário Sol. À pergunta “Como é que os arquitetos portugueses conseguem sobreviver?”, Souto de Moura respondia: “Eu acho que não conseguem. Não é agradável dizer isto, principalmente à gente nova. O Estado não investe porque não pode, os privados porque não lhes emprestam dinheiro e, portanto, não há encomendas. E se não há encomendas, não há arquitetura”.

A construção deste discurso de derrota por parte de alguns arquitetos, com larga aprovação e replicação entre pares, constrói, em nossa opinião, uma rutura entre o arquiteto e a sociedade. Deverá o arquiteto lamentar não ter trabalho quando uma parte da população não tem as condições mínimas de subsistência, com 1/4 da população a viver, de acordo com um estudo da OCDE publicado em 2014 (Aguiar, 2014) abaixo do limiar de pobreza? Mas a questão que colocamos como mote deste artigo pode ainda ser mais acutilante do ponto de vista disciplinar: em tempos de crise e miséria, o arquiteto deixa de ser necessário à sociedade passando a arquitetura a ser inútil?

Entre 2011 e 2014, a atividade económica para a maioria das micro, pequenas e médias empresas em Portugal caía a pique. As relacionadas com a arquitetura não eram exceção⁶. Vivia-se o presente temendo o futuro. Na verdade, este é o princípio estrutural que permitiu a aplicação do programa de austeridade. A partir da ideia de que se vivia acima das possibilidades, projetava-se um futuro mais negro, em perda, com menos direitos e remuneração. Ora estas são ideias contrárias aos fundamentos da arquitetura. Na arquitetura projeta-se o futuro para que se viva melhor, daí que a ideia de se estar num beco sem saída, apresentada por Álvaro Siza Vieira ou Eduardo Souto de Moura, não fosse desprovida de sentido. O problema é que diagnosticaram a consequência, replicando inconscientemente o discurso hegemónico, sem identificar as suas causas e objetivos. As medidas de austeridade são antagónicas à própria disciplina de arquitetura, tão-somente porque projetam um futuro pior do que o presente.

O emergir, a rede, uma hipótese

O emergir da ideia do “Trabalhar com os 99%” não é alheio aos diferentes movimentos de pro-

testo contra a austeridade que ocorreram por todo o mundo. Foram os tempos das Primaveras Árabes, do *Occupy* nos Estados Unidos da América, do 15M em Espanha e do *Que se Lixe a Troika* em Portugal. A relação do ateliermob com inúmeros arquitetos que participaram nestes movimentos foi e tem vindo a ser feita ao longo dos anos. Em todos se têm encontrado arquitetos que colocam as ferramentas da sua prática profissional ao serviço das respetivas populações. Tem particular importância a relação que o ateliermob vai estabelecendo com colegas e coletivos que trabalham a partir do Estado espanhol – tais como Recetas Urbanas/Santi Cirugeda, Zuloark, Todo por la Praxis, dpr barcelona ou ecossistema urbano, entre outros – muitos deles focados nas bases técnicas/urbanísticas das candidaturas cidadãs a várias autarquias, designadamente de Madrid e Barcelona, e na assessoria técnica a alguns processos e governos da América Latina.

A ideia “Trabalhar com os 99%” terá começado a ser pensada em 2011, procurando constituir-se num gabinete técnico que pudesse prestar serviços a populações desfavorecidas. Contactando o município de Lisboa, com o intuito de providenciar soluções a uma seleção de pessoas carenciadas, destacaram-se de imediato dois bairros, PRODAC Norte e PRODAC Sul, onde residiam respetivamente cerca de 2500 pessoas e que já contavam com associações de moradores constituídas. Foi disponibilizado a cada um dos bairros apoio técnico para a regularização das casas autoconstruídas. O nome “Trabalhar com os 99%” surge com a candidatura desta ideia e o posicionamento sobre a prática de arquitetura, ao Prémio *Future Cities*, um dos eventos periféricos da XIII Bienal de Arquitetura de Veneza em 2012. Como demonstração da ideia, apresenta-se, a título de caso de estudo, o trabalho a ser desenvolvido no Bairro da PRODAC Norte que, em 2012, já tinha conseguido financiamento⁷. A candidatura é, numa primeira fase, selecionada para exposição e, no decorrer da semana inaugural da Bienal, é-lhe atribuída o Prémio *Future Cities*, juntamente com outros dois projetos.

Este reconhecimento teve um enorme impacto mediático, dentro e fora do país. Fora de Portugal, não é difícil de explicar. O mundo da arquitetura estava sedento de novidades sobre o país que estava a servir de balão de ensaio das práticas mais agressivas de austeridade e desa-

⁶ No Relatório do Banco de Portugal para o ano de 2014, relativo a empresas que praticam atividades de arquitetura, estão registadas 2.723 empresas, com um volume de negócios médio anual de 67.280,00€ e 15.184,00€ de gastos com remunerações. O relatório indica que a média de trabalhadores em empresas de arquitetura no ano de 2014 foi de dois trabalhadores.

⁷ Os processos de regularização do bairro PRODAC Norte obtiveram financiamento do programa BIP/ZIP, da Câmara Municipal de Lisboa, em 2012 e 2013. No primeiro ano foi um dos últimos projectos classificados a obter financiamento, no segundo – onde se propunha a conclusão do levantamento, desenho e elaboração do processo de licenciamento – foi o projecto mais pontuado. O bairro da PRODAC Sul, apesar de também se ter candidato ao programa BIP/ZIP em 2012, nunca obteve financiamento por essa via. O processo foi financiado, também pela Câmara Municipal de Lisboa, mas ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios (RAAML), a partir de 2013.

nimava-se perante as repetitivas representações nacionais que mantinham uma férrea estratégia de afirmação da arquitetura portuguesa de autor, com exemplos cada vez mais escassos e menos criativos, produzidos para os próprios ou para as classes sociais dominantes. Em Portugal, o discurso sobre arquitetos a trabalhar nos bairros mais precários, onde a crise mais se faz sentir, surge como contracorrente ao do atelier sem trabalho. Não se pretende com a anterior afirmação reivindicar qualquer tipo de originalidade ou liderança, nem tão pouco fazer uma avaliação comparativa de práticas profissionais. “Trabalhar com os 99%” não seria o mesmo se não se tivesse inspirado fortemente em práticas passadas de arquiteturas feitas em Portugal, desde os processos de organização e autoconstrução nas periferias urbanas dos anos 50-60, às várias experiências de produção de habitação no pós-25 de Abril, bem como na partilha de informação e de ideias com vários companheiros e coletivos que, desde então, vão emergindo em Portugal.

A partir daqui sucedem-se os projetos: (1) a Cozinha Comunitária das Terras da Costa (2012-14), em Almada, e o início do processo de realojamento a partir de 2016; (2) a elaboração de projetos para a reabilitação dos espaços públicos dos bairros PRODAC Norte e Sul, em Lisboa, a partir de processos de autoconstrução assistida e respetivos espaços de anfiteatro (2014-17); (3) o desenvolvimento de processos participativos para decisão sobre operações urbanas em Potenza e Matera, Itália (2015-16); (4) um plano anti-gentrificação, com a construção de um parque inter-geracional na Rua de Marvila, em Lisboa, e consequente desenvolvimento do projeto de ocupação permanente do Palácio Marquês de Abrantes (2014-17); (5) um plano urbano para a Quinta do Ferro, em Lisboa, promovido por uma associação entre moradores e proprietários (iniciado em 2015); (6) um processo de realojamento de uma comunidade cigana a viver num bairro informal de construção precária numa cidade média do centro do país (iniciado em 2017); (7) a conceção de um manual de boas práticas de desenho urbano para a prevenção de riscos de violência sobre a mulher no espaço público (desde 2016); (8) o desenho de diversos espaços públicos da zona oriental da cidade de Lisboa, tais como passeadeiras, paragens de autocarros e ruas, de modo a torná-los acessíveis a cidadãos com menos mobilidade (2016); (9) o apoio técnico a diversos sindicatos e associações de moradores; e (10) a assessoria técnica ao Fundo gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian de apoio às vítimas dos incêndios ocorridos em Portugal no ano de 2017.

Contemporaneamente, vão-se construindo pontes e redes com outras práticas na Europa e, desde 2016, na América Latina. A ideia que subjaz ao “Trabalhar com os 99%” já terá sido apresentada e debatida em mais de 20 países, cruzando ideias com centenas de processos e projetos que estão a ser desenvolvidos pelo mundo fora.

Em 2016, decidiu-se formalizar este grupo de projetos numa cooperativa: “Trabalhar com os 99% Crl”. Esta cooperativa permite uma divisão mais clara entre o trabalho de encomenda canónica e o que aqui se descreve. A importância de manter estas duas linhas de ação permite um contínuo esticar e recentrar da prática profissional, tendo em conta que este é um momento de oportunidade a que se costuma seguir um período de fechamento.

Nessa medida, a cooperativa ambiciona dar um salto de escala, não apenas integrando dentro de si as entidades com quem trabalha, como cooperantes temporários, mas também partindo para a discussão política no espaço público e em todos os níveis de governação. Foi o caso por exemplo, a 19 de Maio de 2017, com a receção pelo Grupo de Trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades da Assembleia da República⁸, no quadro da preparação da futura Lei de Bases da Habitação.

Se há algo que parece cada vez mais claro é que a prática profissional de arquitetura não se faz exclusivamente da dicotomia projeto-obra e, sobretudo, que não se deve partir para o terreno com a única ambição de lhe acrescentar construção. Uma parte significativa do nosso tempo é passado a construir as condições de produção e a projetar um sujeito coletivo, com o qual se virá a trabalhar. Mais do que dar forma, numa perspectiva assistencialista da arquitetura, interessará desenhar programas, providenciar meios e trilhar caminhos tendentes à emancipação, numa perspectiva de arquitetura de intervenção.

Notas finais

Este texto não aprofundou as metodologias, as ferramentas, as escalas, os sistemas de produção, a transformação do território ou o posicionamento perante movimentos associativos ou sociais, nem aprofundou o quadro de relações e redes que se tem estabelecido dentro e fora de Portugal ou o enquadramento histórico, teórico ou ético que reivindica para a sua prática. Todos estes temas requerem uma análise mais aprofundada que não constituía o objetivo destas linhas.

⁸ Audiência disponível em <<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1973&title=audiencia-com-a-cooperativa-trabalhar-com-os-99>>

Com este texto pretendeu-se contextualizar e registar um percurso de intervenção em territórios marginais, explicitar a sua visibilidade e abrir campo de estudo para práticas arquitetónicas que, em Portugal, têm vindo a ser silenciadas por, tantas vezes, serem descritas como difamatórias do exercício da arquitetura.

“Trabalhar com os 99%” não é uma solução, mas uma hipótese. Talvez uma linha de ação que permite vários caminhos. A diversidade de instrumentos que a arquitetura oferece permite esta permeabilidade, na perpétua certeza de que todos e todas podem contribuir para a sociedade em que vivem, enquanto cidadãos, mas que arquitetos a trabalhar enquanto arquitetos poderão dar muito mais do que têm dado nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

- Agência Lusa (2011), “Siza Vieira recebe galardão com referências à crise”. *Diário de Notícias*. Disponível em: <<http://www.dn.pt/cartaz/arquitectura/interior/siza-vieira-recebe-galardao-com-referencias-a-crise-2132345.html>> [Cons. 17/03/2017]
- Agência Lusa (2014), “Siza Vieira. Se tivesse 10 anos agora de certeza que não ia ser arquiteto”. *Jornal I*. Disponível em: <<https://ionline.sapo.pt/381748>> [Cons. 17/03/2017].
- Aguiar, Nuno (2014), “OCDE: Um quarto dos portugueses está abaixo do limiar da pobreza”. *Jornal de Negócios*. Disponível em: <http://www.jornal-denegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/ocde_um_quarto_dos_portugueses_esta_abaixo_da_linha_de_pobreza> [Cons. 17/03/2017].
- Piedade, Pedro (2012) – “Souto Moura: Jovens podem ir para fora sossegados”. *Semanário Sol*. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/63833/souto-moura-jovens-podem-ir-para-fora-sossegados>, consultado em 17-03-2017 [Cons. 17/03/2017]